



As lutas na educação e o Ideário democrático e Popular

Emyly Kathyury Kataoka

Licenciada em Pedagogia pela UFSCAR e em Educação Física pela UFPR,

Mestre em Educação pela UFPR e Doutora em Educação pela UFSC.

Professora concursada da rede municipal de Jundiaí-SP, atua na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (Professora da Educação Básica I).

E-mail: ekathyury@gmail.com

RESUMO

O artigo problematiza alguns dos limites da Estratégia Democrática e Popular e das lutas gerais orientadas pelo ideário desta estratégia, trazendo apontamentos sobre as bandeiras e as táticas de lutas. Este é um estudo bibliográfico que também contou com análise histórica, conceitual e documental. Buscou-se evidenciar como as propostas orientadas pelo ideário democrático e popular foram assimiladas pelos movimentos que lutaram pela educação pública e quais foram as consequências na organização política. O campo educacional, enquanto parte da totalidade, expressou de forma particular a consciência prática da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Democratização; Educação; Ideário Democrático e Popular.

Os últimos anos não foram fáceis para o conjunto das e dos educadores, afinal, temos vivido uma crescente mercantilização da educação somado à precarização das condições de trabalho e ensino. Nossa luta em geral tem sido para assegurar os direitos outrora conquistados, muitas vezes sem a possibilidade de avançar nas conquistas, e isto não têm sido exclusividade da área educacional. Os ataques ao conjunto de direitos foram tão ofensivos que por vezes não tivemos o fôlego suficiente para analisar com profundidade os embates empreendidos, não nos sobrando forças para a necessária reflexão sobre as bandeiras que defendemos e as táticas de lutas que empreendemos.

Este artigo é um convite para refletirmos sobre o que colaborou com esse conjunto de derrotas, do ponto de vista político ou, mais precisamente, da organização e da orientação política. Os elementos que apresento são uma pequena parte do estudo desenvolvido em minha tese de doutorado intitulada “O Ideário Democrático Popular na educação: um inventário crítico”. Antes de mais nada, faço a advertência que dado os limites de espaço do artigo, não será possível abordar o assunto com a mesma profundidade realizada na tese. Para aquelas e aqueles que tiverem interesse em aprofundar os debates ou mesmo discordar, faço um convite à leitura da mesma, onde muitos dos argumentos aqui apenas apresentados foram mais desenvolvidos e demonstrados.

Este texto traz uma breve reflexão sobre o movimento dos trabalhadores, analisando como se organizou uma parcela específica da classe trabalhadora, aqueles dispostos a defender a educação, e sua relação com a mobilização geral da classe, no período de redemocratização até o início dos anos 2000. E por qual motivo devemos estudar este período?

O fato é que nossas lutas atuais e formas de organização estão intrinsecamente vinculadas a este passado, a organização anterior ainda tem grande repercussão na atual organização dos trabalhadores em educação e no conjunto da classe trabalhadora.

Para esta investigação, realizamos um estudo bibliográfico, contando também com a análise histórica, conceitual e documental. As fontes de pesquisa foram o acervo teórico produzido pelos autores que se tornaram as principais referências no campo da educação e o acervo documental construído pelo mo-

vimento dos educadores e suas associações, assim como as resoluções e programas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), difundidos no Brasil.

A tese de doutorado, anteriormente citada, é parte de uma série de estudos desenvolvidos por diferentes pesquisadores que demonstram os processos que levaram o PT da contestação à acomodação da ordem, movimento que repercutiu na organização dos trabalhadores em geral, e no campo educacional de forma particular. A partir dos anos 1980, muitos daqueles que lutaram pela democratização da educação, tendo a defesa da escola pública e gratuita como principal bandeira de luta, se colocaram ao lado da classe trabalhadora, orientando-se pelas lutas gerais da classe em seu conjunto. Diante disso, as formulações do movimento da educação, bem como a organização das lutas (formas de enfrentamento), estavam direta e indiretamente vinculadas às formulações do Partido dos Trabalhadores. O campo educacional acabava por expressar, de forma particular, a consciência prática da classe trabalhadora. Isto porque, nas lutas de classe, formamos uma visão social de mundo marcada pelas características de nossa época, compartilhando modos de pensar e de agir, muitas vezes acolhidos sem análise crítica (GRAMSCI [1929-1937] 1978, p.12).

É impossível falar da organização dos trabalhadores no hodierno ciclo de lutas sem fazer qualquer referência ao PT, seja para criticar ou para defendê-lo. Afinal, o partido teve enorme importância na luta pelo fim da ditadura empresarial-militar e redemocratização do país. Todavia, durante os 13 anos na presidência do governo federal (2003-2016), o partido colaborou na retirada de direitos, no desmonte da educação, a partir de uma política de conciliação de classes. A política do PT promoveu o amoldamento progressivo ao projeto burguês de sociedade e de educação, atendendo às demandas do Capital. Por esta razão, apesar dos avanços pontuais, as políticas impactaram na existência e na permanência do caráter público do ensino. A implementação de tais políticas se deu através de contradições e embates, enquanto parte do desdobramento de um projeto coletivo, construído pelo conjunto da classe no interior de suas lutas em um determinado período histórico. As lutas na educação são parte desta totalidade, possuem características particulares, mas não perdem a conexão com o desencadear geral das lutas.

O PT não era/é a única organização a atuar no seio da classe trabalhadora, mas sem dúvida foi (e ainda é) o partido mais expressivo e que agregou e influenciou um maior número de militantes. O partido colaborou na construção de um campo de forças sociais e políticas que se mobilizou em prol de uma estratégia que se tornou hegemônica. Este campo é composto tanto por militantes quanto por simpatizantes que nunca se filiaram ao PT e nem nutriam tal pretensão, orientando-se pela Estratégia Democrática e Popular (EDP). Quando se fala que o Partido dos Traba-

lhadores se orientou pela EDP, ressaltamos que o mesmo não nasceu com uma orientação teórica específica, não sendo possível atribuir a responsabilidade pelos seus desvios exclusivamente a um determinado formulador ou intelectual (IASI, 2013). Ademais, quando falamos que houve/há uma estratégia predominante, não se ignora as divergências e os embates internos, mas se busca identificar o que predominou como política no partido e a influência desta no movimento de esquerda de forma geral. Os militantes do PT pretendiam construir algo inédito, um partido construído pelos próprios trabalhadores brasileiros, negando indiretamente o vínculo com a história do operariado internacional e com os demais partidos comunistas.

A EDP, protagonizada pelo PT, ganhou a forma mais acabada no ano de 1987. Nesta formulação estratégica, buscando elaboração original, fez-se a leitura de que a formação social brasileira havia alcançado um desenvolvimento desigual regional e socialmente, consequentemente, os setores populares estavam em contraposição aos setores burgueses, daí seu caráter popular. Esta ideia era reforçada por entender que o Estado brasileiro era autoritário e impermeável à participação dos “de baixo” (autocrático), disto resultaria a necessidade da luta democrática. O pressuposto

central era a impossibilidade de realização imediata do socialismo, portanto seria necessário acumular forças na apresentação das demandas populares. As demandas populares, organizadas por um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário se chocariam com o Estado autocrático, podendo levar a uma ruptura ou fortalecimento da sociedade civil que gradualmente iria conquistando um conjunto de reformas capazes de superar o capitalismo.

A luta se colocava no terreno da democracia, na combinação de lutas sociais com a participação nas eleições (conquistando cargos executivos no governo) de forma a alterar a correlação de forças, desencadeando reformas radicais. Desta maneira, a democracia se tornava meio e fim do socialismo.



A formulação ganhou força na materialidade social por parecer ser a resposta adequada às demandas sociais, ou seja, fornecia fortes argumentos que pareciam dar conta de explicar o capitalismo que aqui se desenvolveu e trazia propostas concretas (e viáveis) de atuação. Mesmo havendo algumas divergências e embates, a orientação geral seguia um sentido muito próximo, daí que tenha se tornado predominante. Apesar da aparente coerência na formulação, ocorreu que no desenvolvimento da EDP, para que o partido pudesse ocupar um maior número de cargos no executivo e conquistasse a Presidência da República, foi necessário ampliar o leque de alianças para a sua efetivação, comprometendo a autonomia da classe trabalhadora. Além da ampliação do leque de alianças, muitas das demandas populares apresentadas pelos movimentos sociais ficaram restritas à busca pela ampliação da democracia e da participação, por estarem comprometidas pelo vínculo estabelecido à institucionalidade burguesa, prejudicando a autonomia dos movimentos, na mesma quadra histórica em que a burguesia, após queda do Muro de Berlim, defendia a ampliação da participação demo-

1 Em dois relatórios publicados no ano de 1999 (Educational change in Latin American and the Caribbean e Education sector strategy), o Banco Mundial reconhece a importância das reformas educacionais para consolidar a democracia liberal e promover a estabilidade política. Uma população educada, pela lógica do organismo, terá maior probabilidade de mostrar interesse e envolvimento na condução política do país e, como consequência, será mais capaz de fazer escolhas corretas e cobrar a responsabilidade dos políticos quanto às promessas de campanha eleitoral (World Bank, 1999a; 1999b). Além disso, a educação promove o desenvolvimento social, aumentando a coesão da sociedade e oferecendo melhores oportunidades aos indivíduos (World Bank, 1999b, p. 5) (apud MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014, p. 1141, grifo nosso).

crática para obter o consenso dos dominados¹. Por esta razão, embora o PT tenha cumprido importante papel na luta de classes, em seu movimento e no desdobramento de sua estratégia, ao chegar à Presidência da República acabou por se transformar em seu contrário, em um partido de defesa da ordem. Além disso, também os movimentos sociais passaram a depender de mecanismos institucionais do Estado, “contra o qual e pelo qual lutaram” (MARTINS, 2016, p.360), afirmando aquilo que queriam negar, movimento típico da social democracia.

A concretização da EDP pelo Partido dos Trabalhadores fortaleceu o apassivamento da classe trabalhadora, por promover a institucionalização das lutas sociais e a cooptação de lideranças, tendo como consequência uma menor combatividade das lutas. Com medo de perder as poucas concessões

conquistadas, os trabalhadores não enfrentavam (ou amenizaram o enfrentamento) o governo para preservar a presença do partido na esfera administrativa do Estado burguês, defendendo uma democracia abstrata. Vejamos agora, como o ideário da EDP repercutiu na área educacional.

1. Bases teóricas do ideário democrático e popular na educação

A política educacional do regime ditatorial militar-empresarial buscava modelar a escola através de eficientes dispositivos de controle, mas teve uma contraface por deflagar espaços de resistência e oposição. No campo educacional, entre os anos de 1960 e 1970, havia grande influência de teóricos franceses Bourdieu, Passeron, Baudelout, Establet, Althusser e do brasileiro Paulo Freire. Com certas diferenças entre os autores, as teorias forneciam importante arsenal teórico no combate às reformas educacionais e ao modelo educacional vigente, relacionando a estrutura social e a educação.

Entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, muitos pesquisadores, influenciados pelo espírito de redemocratização do país, animados com a retomada das mobilizações da classe trabalhadora, pelo protagonismo político da classe operária e sua organização, reclamavam-se de esquerda (NETTO [1990], 2008) – com diferentes matices, implicando uma crítica ainda não realizada da produção teórica desta época. De acordo com Vieira (1994), no mesmo período, a pesquisa educacional se ampliou, resultante da produção dos programas de pós-graduação que haviam crescido em qualidade e quantidade. Especialmente os teóricos franceses, até então referência do campo de esquerda, passaram a ser questionados e a produção educacional começou a ser orientada predominantemente pela concepção do papel transformador da escola, chocando-se com os estudos críticos anteriores.



O espaço escolar passou a ser situado enquanto potencializador da democratização da sociedade, objetivando superar a visão de escola como mera reprodutora do sistema, enfatizando a contradição do espaço escolar. A democratização da educação era tida como forma de contribuir com o processo de democratização da sociedade.

Nesse novo período da produção da pesquisa educacional, alguns dos pesquisadores² que ganharam destaque são Dermeval Saviani; Gaudêncio Frigotto; Lucília Machado; Guiomar Namó de Mello; e Paulo Freire³. Além de terem relação direta com a nova produção acadêmica educacional, os autores foram participantes ativos do novo ciclo de Conferências Brasileira da Educação (CBE)⁴ e na construção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FN-DEP), contribuindo com a crítica e para a formulação de políticas públicas, seja por meio da participação direta na formulação das políticas ou por serem utilizados como referência para a construção das mesmas. Antes de prosseguirmos, ressaltamos as mediações necessárias entre teoria e política: a produção destes intelectuais é expressão de um determinado contexto histórico, de determinadas condições objetivas e do grau de conhecimento atingido até aquele período. Mesmo que a teoria almeje ser o mais fiel possível, por ser sempre uma aproximação do real não se identifica à realidade, e a intencionalidade de uma teoria nem sempre corresponde ao que se efetivou na prática, não sendo possível controlar os efeitos de uma teoria após sua divulgação. Por consequência, os intelectuais não podem e nem devem ser os únicos a serem responsabilizados pelo desdobramento de suas teorias. Teoria e política possuem unidade, mas não identidade, uma vez que a conexão entre teoria e intervenção política não é unívoca e nem direta (NETTO, 2010).

Os teóricos buscaram resgatar a potencialidade da educação escolar, e a encontraram na luta pela democratização da escola e da sociedade, propiciada pelo clima de euforia com a retomada da organização da classe. A conjuntura de mobilizações e organização da classe trabalhadora da década de 1980, bem como a ascensão de governos democráticos e populares reforçava a premissa da possibilidade de conquistas pela via democrática, ainda mais por serem as conquistas fruto de ampla mobilização social, promovendo um superdimensionamento do potencial de ocupação dos espaços institucionais e da possibilidade de interfe-

rência nas políticas educacionais. Ademais, o contexto de perda de direitos e retração da mobilização que se deu nos anos 1990 não fora previsto.

Parte dos teóricos marxistas buscava soluções nos marcos da institucionalidade burguesa, corroborando com a hipótese de que a revolução socialista não era viável naquela quadra histórica. A partir de uma determinada leitura gramsciana⁵, se previa que a conquista da hegemonia (vinculada ao consenso) na sociedade civil seria o mecanismo de transformação social, o caminho da revolução. Nesta elaboração, a via de transição ao socialismo era a ampliação da democratização em diversas instâncias sociais, e o Estado burguês poderia ter um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores, para implantar políticas democráticas. Mesmo tendo clareza do caráter de classe do Estado, acabaram colocando os aparelhos estatais como neutros, perseguindo a luta institucional como via da efetivação das políticas públicas.

Os educadores marxistas apoiaram-se numa compreensão própria do conceito ampliado de Estado de Gramsci, difundida no campo de esquerda naquele período. Na leitura efetivada, a possibilidade de uma ação revolucionária foi descartada por não ser possível nas condições econômicas e sociais do país. Tal compreensão imprime uma leitura estática e bastante distinta da assertiva gramsciana de não ser possível escolher a forma de guerra à priori. Nos parece ser possível afirmar também que, o pensamento de Gramsci foi adequado ou ajustado para justificar a opção por uma ação pacífica e institucional. Lembremos que esta proposição não foi compartilhada por Guiomar Namó de Mello, para esta pesquisadora, a democratização da educação seria a mediação para a sociedade democrática e não para a construção do socialismo, todavia, a proposição foi parcialmente incorporada pelo setor marxista na medida em que, ao longo da década de 1990, o socialismo passou a ser confundido com a democracia.

Contraditoriamente, nos anos 1990, a defesa de democratização da educação como parte da democratização da sociedade também era um

² Na tese já citada, estes autores e obras de maior repercussão foram analisados no capítulo 3. Autores foram selecionados devido à importância que tiveram na leitura crítica da educação escolar brasileira e nas propostas de intervenção na realidade educacional.

³ Diferenciando-se dos teóricos franceses, que passaram a ser questionados, Paulo Freire que já era referência na educação, manteve sua influência no campo de esquerda. Outra ressalva que fazemos, entre os autores que passaram a influenciar os debates, há significativas diferenças em suas proposições. Guiomar Namó de Mello cada vez mais se afastou deste grupo de educadores. Paulo Freire, diferentemente de Saviani, Frigotto e Machado, nunca reivindicou a exclusividade da leitura marxista. Pelo curto espaço do artigo, não será possível demonstrar as diferenças entre eles, por isso, optamos em apenas evidenciar algumas linhas gerais do período.

⁴ Em 1924 foi criada a ABE – Associação Brasileira de Educação, esta entidade realizou XIII Conferências/Congressos Nacionais de Educação entre os anos de 1927 e 1967. Este primeiro ciclo de conferências foi encerrado com a ditadura empresarial-militar. O novo ciclo a que estamos nos referindo foi iniciado nos anos 1980. As CBEs realizadas entre 1980 a 1991 representaram um processo de reorganização e redemocratização do campo da educação. Além das organizações de cunho acadêmico e científico, as CBEs também aglutinaram associações de trabalhadores.

⁵ “O caráter provisório e inacabado, o pensamento complexo, as referências subliminares e os temas polêmicos marcam a produção do teórico comunista Antonio Gramsci. Junta-se a isso o tratamento editorial de sua produção carcerária, envolvendo problemas quanto ao contexto de sua escrita, os interlocutores diretos e indiretos e os compromissos políticos no uso de determinados conceitos. Estes aspectos fazem com que haja grandes polêmicas sobre os usos e possíveis abusos de seus textos” (KATAOKA, 2018, p.116).

projeto do capital expresso pelos documentos das organizações internacionais, como por exemplo, Banco Mundial⁶.

As proposições da área educacional acabavam por se confundir com as propostas de organismos multilaterais, na medida em que ambos defendiam que o conhecimento presente na escola contribuiria para o desempenho da cidadania, ao proporcionar uma participação mais ativa dos trabalhadores no âmbito da democracia burguesa.

Ainda que não fosse a intencionalidade da esquerda marxista, na medida em que o socialismo passou a ser confundido com democracia (ou sua ampliação), indiretamente, colaboraram para que as lutas não ultrapassassem a sociabilidade capitalista e rumassem para o horizonte de um capitalismo mais humano. Houve uma adesão à defesa da democracia, negligenciando os limites da ordem democrática na sociedade de classes. Apesar da década de 1990 se caracterizar por um conjunto de derrotas da classe trabalhadora e de desmobilização, a orientação política priorizava a participação e a luta nos espaços institucionais, secundarizando a análise da própria objetividade do processo histórico e das limitações do aparato de Estado burguês. Sem uma ruptura radical, os pesquisadores acabavam “apostando em que o seu Estado e as suas políticas sociais ser[iam] melhores do que o Estado e as políticas sociais dos outros” (TONET, [2009] 2010, p. 24). Com isso, nos anos 1990, ao tratar a luta por direitos e cidadania como sinônimo de emancipação, as propostas para a educação dos trabalhadores puderam caminhar pari passu às teses de Mello que seguiram o receituário neoliberal das organizações multilaterais, mesmo que o objetivo final fosse diferente. Vejamos como parte destas elaborações acabaram sendo incorporadas nas reivindicações do movimento educacional.

2. As Lutas em defesa da Educação Pública

As greves operárias do ABC paulista em 1978, e a retomada das lutas e mobilizações também repercutiram positivamente no movimento de lutas no campo da educação. Segundo Handfas (2008, p.377), “a ocorrência de eventos de natureza acadêmica e política, a criação das entidades nacionais, e com elas a reativação editorial, assim como a implantação da pós-graduação em educação são os principais acontecimentos que favoreceram a organização do campo educacional”. Um importante instrumento surgido nesta conjuntura foi o FNDEP, congregando diferentes setores do campo progressista em torno da luta pela democratização do ensino e, secundariamente, pela gestão democrática.

Em 9 de abril de 1987, em Brasília, o Fórum foi lançado oficialmente, através da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita (denominava-se inicialmente Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito), enquanto mecanismo de debate e organização na primeira fase da Assembleia Nacional Constituinte. A correlação de forças políticas internas era múltipla (GOHN, 2001), ainda assim, houve um movimento de integração na formulação de uma plataforma educacional unitária para a Constituinte. O ponto agregador era a defesa da escola pública e a oposição ao regime militar-empresarial, também se caracterizando como uma frente democrática voltada para a construção da cidadania no país. Constituíam-se em espaço de construção de pautas e ações unificadas, embora houvessem divergências e diferenças entre as entidades, tanto pela natureza (entidades de pesquisa e as sindicais) como de orientação das políticas educacionais, cada entidade continuava atuando com suas pautas específicas nas respectivas categorias, buscando implementar o que havia sido construído coletivamente.

Terminado o processo da Constituinte, a partir de outubro de 1988, as lutas e embates se deslocaram para a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB. O Fórum passou a se autodenominar Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a partir do ano de 1989. A ação do Fórum se dava em torno da colaboração com os deputados nos projetos substitutivos para uma nova LDB nacional. De acordo com Pino (2010, p.2), nesta fase, os objetivos do Fórum eram: “formulação de propostas consensuais entre as entidades nacionais comprometidas com a escola pública, nas dimensões já estabelecidas nos documentos anteriores do Fórum e impressos na

⁶ Lançado no ano de 1999, o documento Educational Change in Latin America and the Caribbean, traz apontamentos da relação quer buscava entre educação e sociedade: “Three interrelated social goals drive government investment in education in LAC [Latin America and the Caribbean] countries – providing a skilled and flexible work force in the interests of economic growth, fostering social cohesion and promoting democracy and reducing the social inequality and poverty” (WORLD BANK, 1999b, p.13, grifo nosso). Ainda neste documento, a organização propõe que “policies of inclusion are essential to fostering social cohesion and decreasing the incidence of violence and civil unrest” (WORLD BANK, 1999b, p.51).

nova Constituição; coordenar a pressão popular em defesa da escola pública, na [Nova]LDB, durante o processo da sua elaboração no Congresso Nacional”. A atuação principal do FNDEP era a via parlamentar e a elaboração de leis, as ações eram ditadas pela dinâmica das ações parlamentares. As entidades que o compunham ficavam responsáveis de mobilizar as suas bases (movimento estudantil e sindical). A partir dos anos 1990, os deputados aliados do Fórum não foram reeleitos, e a organização da educação sofreu com a ofensiva das políticas neoliberais dos governos Fernando Collor/Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Após a perda da base de apoio no parlamento, o Fórum passou a ter menos influência na elaboração da LDB, concomitante a isto, as posições do campo educacional tornaram-se menos convergentes (PINO, 2010). A Lei 9.394/96 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação abarcou uma diferente concepção de Estado e sociedade do que o Fórum almejava. Após os debates da LDB, o Fórum ainda se constituía enquanto espaço síntese da mobilização do setor educacional, sendo atingido também pelas transformações da dinâmica capitalista que impactaram a conjuntura nacional e internacional na década de 1990⁷.

Uma das principais contribuições escritas do Fórum foi registrada no Plano Nacional de Educação: A Proposta da Sociedade Brasileira (1997) – PNE, documento que sintetiza as bandeiras da luta educacional. Este documento foi elaborado pela Comissão Organizadora do II CONED, expressando os diferentes debates realizados em todo o país.

Na medida do possível, o PNE recuperava os anseios da maioria da população ao recolocar direitos presentes na Constituição Federal de 1988. Segundo Silva (2017, p.78) “o texto é representativo da visão predominante na esquerda nos anos 1990 e expressa suas discussões ao longo do período”. Na atualidade, muitas das propostas presentes no PNE continuam sendo reivindicadas, o mesmo se tornou um documento-referência ao contemplar dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros. Suas propostas foram embasadas nas lutas e proposições “daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária e, por decorrência, uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, para todos, em todos os níveis” (FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, 1997, p.2). O texto do PNE abarca princípios, diretrizes, prioridades e estratégias de ação, com objetivos de longo, médio e curto prazo.



De antemão, ressaltamos a importância e destacamos o enorme esforço em produzir o PNE com amplos setores, congregando uma significativa representação sindical nacional dos trabalhadores em educação, movimento estudantil e demais associações da área de educação. Realizar tamanha construção coletiva não foi tarefa pequena e fácil, muito pelo contrário. Destaca-se da produção também o expressivo conjunto de dados sobre a realidade educacional (gastos em educação, formação dos docentes e demais trabalhadores em educação, matrículas, repetência, evasão, entre outros), permitindo um diagnóstico considerável da situação da educação no Brasil. Fazer um amplo diagnóstico e reunir o conjunto de reivindicações são tarefas de grande relevância, por subsidiarem as lutas no campo educacional, e por isto deve-se reconhecer o sério trabalho realizado. Mas, se por um lado ressaltamos a importância de tal realização, por outro, não podemos deixar de perceber os limites daquilo que por nós foi produzido coletivamente.

7 Resumidamente foram: adaptação do Brasil ao modelo de acumulação flexível, aderindo à dinâmica do capitalismo internacional, o que implicou na reorganização da produção; queda do Muro e crise do socialismo; aumento do desemprego e da precarização dos contratos do trabalho levando a um aumento da informalidade; austeridade; redução fiscal; privatizações; cortes de salários; redução dos gastos públicos; crise do sindicalismo; ascensão do ideário pós-moderno; política de conciliação de classes e pacto social; desmonte das organizações populares, empresariamento da solidariedade e profissionalização da militância.

Em diferentes passagens do PNE, observam-se moderações quanto à radicalidade das propostas e várias concessões ao empresariado, por vezes, seguindo as mesmas propostas difundidas pelo Banco Mundial. O cenário de derrotas dos anos 1990 (desmobilização e desmonte dos direitos sociais), levavam à proposição de alternativas “viáveis” àquele contexto do capitalismo.

A necessidade de fazer mediações com o momento presente possibilitou a convergência de certas pautas com o pensamento liberal.

Por não ser possível reproduzir a análise integral do documento, para exemplificar, entre os pontos problemáticos estão: a defesa das parcerias público-privadas como uma possibilidade, através de propostas de gestão de políticas e dos fundos públicos para educação profissional com os empresários; proposição de integração das instituições públicas e privadas, deixando de defender o fim das verbas públicas para a rede privada, trocando esta última bandeira pela defesa do controle sobre a destinação das verbas públicas. No PNE também aparece a defesa da gestão democrática para o fortalecimento da sociedade civil e controle da sociedade política, por fomentar a cidadania; como já sinalizamos anteriormente, para o Capital, a gestão democrática contribuía na gestão dos conflitos e na estabilidade política. Outro ponto emblemático é a elevação da escola ao papel de transformadora da sociedade, tendo esta como caminho para acabar com as desigualdades sociais, sem fazer as mediações necessárias com as contradições próprias do desenvolvimento capitalista, em que mesmo uma sociedade altamente escolarizada, não acaba com o conjunto de desigualdades sociais e exploração do trabalho assalariado. As resoluções do PNE “apesar de colocar a defesa da educação pública e gratuita como foco principal, associava a educação ao desenvolvimento econômico e à cidadania, amenizando as críticas ao setor privado. Tais proposições davam indícios das políticas educacionais que seriam implantadas nos anos 2000” (KATAOKA, 2018, p.459). Estas formulações do PNE, são bastante próximas às resoluções e formulações gestadas no interior do Partido dos Trabalhadores. Observemos na sequência, como as resoluções foram se transformando e assumiram parte do ideário liberal no desenvolvimento da EDP.

3. Reivindicações do Partido dos Trabalhadores

A gestão petista no governo federal implementou políticas educacionais como PROUNI, Parcerias Público Privadas, ampliação do FIES, REUNI que são minimamente conhecidas por aqueles que acompanham as lutas pela educação.

Estas políticas, comemoradas por parte dos trabalhadores, foram duramente criticadas pelo campo de esquerda por serem paliativos expressivos da política de conciliação de classes, elas concedem poucas conquistas aos trabalhadores (ainda que muito significativas para os beneficiários) quando comparadas aos lucros que promovem aos empresários através de privatização direta e indireta do setor educacional.

Todavia, tais proposições não surgiram após o ano de 2002, ao assumir a presidência. A gênese de muitas proposições encontra-se nos próprios documentos do partido, nas transformações que ocorreram ao longo do desenvolvimento e implementação da EDP, estando elas registradas em resoluções e programas de governo que antecedem o ano 2002, representando uma construção coletiva que não se limitou ao próprio partido, embora este último tenha sido o principal responsável enquanto organizador coletivo da classe. Trazemos resumidamente a trajetória das resoluções.

A defesa da educação pública e gratuita, esteve presente desde o início, houve até proposta de estatização da educação e, em outros momentos, a proposição de tornar a rede pública exclusiva. As críticas à privatização e ao crescimento do mercado educacional, eram contundentes, propondo a exclusividade da destinação das verbas públicas para a rede pública, exigia-se a proibição da destinação para a rede privada. A defesa da gestão democrática pretendia que o controle popular fomentasse a construção de um novo poder, vindo a superar a divisão entre governados e governantes, ao permitir que os trabalhadores pudessem tomar a direção do país, política e economicamente. As bandeiras de luta na educação estavam vinculadas à melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, como um direito democrático que beneficiava as classes populares e o acúmulo de forças. A compreensão era



de que mesmo que a realização da educação pública, gratuita e de qualidade fosse compatível com o desenvolvimento capitalista, a burguesia brasileira dificilmente cederia por se contrapor ao modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, dando ainda maior importância para esta luta na construção do socialismo. Até o ano de 1989, a educação, nas formulações do partido, não era vista como panaceia redentora do país, mas enquanto um direito social básico que deveria ser tratado com seriedade. Havia certa sobrevalorização ao indicar que a mesma poderia despertar e capacitar no rumo da transformação social. O intuito era de alterar a correlação de forças na sociedade, ao ampliar a democracia e a participação dos trabalhadores através da democratização da educação e da gestão democrática da escola. As propostas eram bem avançadas e se contrapunham às demandas do Capital naquele período, expressando as demandas da classe trabalhadora. Entretanto, os debates na educação não eram isolados do programa do partido, e na efetivação da EDP, também o programa educacional sofreu alterações com o desenvolvimento desta estratégia.

Na década de 1990, o partido conquistou mais espaço na institucionalidade burguesa, ao assumir prefeituras, governos de estado e parlamento. Na década anterior, situava-se os problemas da educação principalmente como resultado do desenvolvimento capitalista, já nos anos 1990, os mesmos problemas passam a ser localizados na forma de condução do Estado burguês, e a solução seria a construção de

um governo democrático e popular que tornasse a máquina pública eficiente. No programa de governo para as eleições de 1994, a educação passou a ser associada ao desenvolvimento, crescimento e cidadania. Mantendo a defesa da consigna de “educação pública e gratuita”, o partido passou a convocar o empresariado para se mobilizar e construir o Plano Nacional de Educação, amenizando as críticas ao setor privado e reconhecendo o ensino privado como direito constitucional. A defesa de recursos públicos para a rede pública foi mantida, por outro lado previa a manutenção de programas como crédito-educativo e de fundos para financiar a formação profissional com gestão tripartite. Uma mudança significativa nos anos 1990 foi passar a apresentar a educação como fator de empregabilidade e de distribuição de renda. Da disputa entre público e privado, a política do partido para a educação deslocou-se para a defesa de uma “educação para todos” (SILVA, 2017), propondo a articulação entre as redes pública e privada no atendimento da educação profissional e educação infantil, muito antes de assumir o governo federal.

A associação entre educação e desenvolvimento econômico no partido ficou evidente nos anos 2000 ao conciliar as demandas do processo produtivo na promoção do desenvolvimento e a competição no mercado internacional. Houve também um recuo na proposta de financiamento, de tal modo que no programa de governo de 2002, a proposição de investir 7% do PIB aparece de forma progressiva e não imediata. Nos anos 2000, a proposta de educação não vi-

sava atender exclusivamente os interesses da classe trabalhadora, mas da “nação”, buscando conciliar os interesses de duas forças antagônicas: Capital (ao formar a força de trabalho que atende as suas necessidades) e Trabalho (por permitir aos trabalhadores acesso à educação escolarizada). A educação ainda assumia o papel de favorecer a ampliação da democracia, mas nesse momento passa também a ser associada ao papel de promotora do desenvolvimento econômico e capaz de solucionar outros problemas sociais.

As transformações ocorridas podem ser avaliadas enquanto rebaixamento do programa e/ou uma traição das lideranças, porém, nos parece que antes de pareceres precipitados, é preciso lembrar da estratégia que orientou os debates. A EDP previa a ocupação dos espaços administrativos do Estado, através da disputa eleitoral. A disputa era tida como uma forma de construir hegemonia, porém, com a corrida eleitoral veio a necessidade de moderação programática e ampliação do leque de alianças – seguindo as “regras do jogo” democrático não é possível obter sucesso sem esta moderação e ampliação por se buscar um “governo para todos” – em um momento no qual as mobilizações da classe perdiam força social.

4. Educação e Ideário Democrático e Popular

Abordei, ao longo do texto, pontualmente alguns dos limites da EDP e das lutas gerais orientadas por esta estratégia, demonstrando também como o campo educacional se organizou a partir do ideário da EDP. Demonstrei a convergência entre as produções da pesquisa educacional, as reivindicações explícitas no PNE (1997), a organização do FNDEP, e as resoluções do PT com o ideário democrático e popular. O intuito foi evidenciar que as propostas para a política educacional do Partido dos Trabalhadores, e também a dos movimentos que lutaram pela educação pública seguiram num movimento de contraposição do Capital à sua gestão eficiente. Esperamos que os apontamentos possam colaborar no direcionamento de críticas que contribuam para novas formulações estratégicas, que orientem nossas bandeiras e táticas de luta, com o intuito não apenas de conquistar pequenas melhorias, mas no sentido de everter a ordem social do Capital.

Vivemos numa conjuntura de retirada de direitos e de desorganização da classe próxima à vida nos anos 1990. A ascensão de um senso comum conservador e de um governo federal com elementos próximos do fascismo, pode nos fazer reviver e reinscrever a EDP como nossa orientação estratégica. Afinal, quando se ataca ao PT, não se quer atingir apenas o partido, o alvo é a classe trabalhadora, sua história de luta e suas organizações. Portanto, é preciso defender nossa história e nossos instrumentos de luta, mantendo-se lado a lado com todas e todos que estão lutando contra os retrocessos na educação e no

conjunto dos direitos sociais até então conquistados. Porém, não nos pode faltar a autocrítica capaz de nos municiar para a superação da EDP, considerada por nós como uma estratégia controversa e limitada.

Por isso, não nos esqueçamos que o auge da estratégia se deu com a chegada de Lula à Presidência – este era o objetivo estratégico para realizar as transformações estruturais indispensáveis para o acúmulo de forças no processo de democratização. Assumir a Presidência do governo federal promoveu a instituição de uma democracia de cooptação, abrindo o Estado autocrático para baixo, esterilizando o potencial das lutas contra a pressão e exploração, tornando a esquerda cada vez mais democrática e menos socialista (DANTAS apud MARTINS, 2016). Não se deve confundir a tomada do poder do Estado pelo proletariado com a ocupação do Executivo do Estado burguês via eleições democráticas.

O limite da democracia burguesa é que mesmo com o desenvolvimento pleno da democracia e cidadania, as desigualdades de classe permanecem. Assim, ocupar os cargos executivos e ampliar a participação dos trabalhadores nas diferentes instâncias democráticas não é suficiente para a emancipação humana.

No capitalismo, a apropriação do trabalho excedente não depende da condição jurídica ou civil, a igualdade civil não altera nem anula a desigualdade de classe, este é o limite da democracia no capitalismo. Na sociabilidade capitalista, a igualdade política pode coexistir com a desigualdade socioeconômica, a igualdade formal deixa intocadas as relações econômicas entre burguesia e trabalhadores, mesmo que ela também tenha sido fruto de árduas lutas da classe trabalhadora. A confusão entre socialização da política e socialização do poder político promovida pela EDP também precisa ser superada.

A socialização da política, quando limitada à cidadania, sem socialização do poder econômico, não representa a socialização do poder político. A participação nos parlamentos burgueses pode servir em determinados momentos para propaganda e agitação do socialismo, mas não se trata apenas de ocupar/conquistar o Estado burguês, mas de alterar o seu caráter, de aniquilá-lo e, no decorrer da transição, também este

deverá ser destruído a fim de constituir o autogoverno do produtores associados (KATAOKA, 2018, p.504).

Assim, não se deve confundir democracia (em abstrato), desvinculada das relações de classe, com o socialismo. Outro ponto relevante, é que a ampliação do Estado, com seus diferentes aparatos que incluem a participação do conjunto da população, complexificou os meios de dominação, parte das conquistas dos trabalhadores foram também benéficas ao Capital:

Num plano mais político, isso significa que as lutas dos trabalhadores assumem múltiplas dimensões. Ao extrair conquistas efetivas, impelem tendencialmente o capital a reforçar os meios de adequação e apassivamento, resultando em enorme concentração de recursos voltados para produzir novos consensos dos subalternos com vistas à neutralização de suas vitórias parciais. Ao fazê-lo nos moldes formalmente democráticos e parlamen-

tares, modificam as condições de ingresso para o reencetamento do enfrentamento de classes não apenas através da cooptação, mas do custo efetivo da manutenção das organizações aptas a construir a unidade dos subalternos, como partidos e campanhas políticas. A contra-hegemonia se torna, portanto, mais difícil e árida nas condições da ordem dominante (FONTES, 2012, p.195).

Por mais contraditório que possa parecer, a ampliação da democracia aprofundou a conformação à ordem burguesa. Por isso, as lutas no interior da ordem burguesa devem carregar simultaneamente o questionamento dessa mesma ordem. Não há repostas fáceis e prontas sobre como nos organizarmos para este período de luta, pois esta ainda é uma tarefa que precisamos encarar coletivamente, considerando a realidade concreta e também os ensinamentos sobre os caminhos e descaminhos que as organizações da nossa classe percorreram.



Referências Bibliográficas:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 1987.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 4º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1992] 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9 ed. São Paulo: Cortez, [1984] 2010a.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6a ed. São Paulo: Cortez, [1995] 2010b.

FONTES, Virgínia. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil. In: BRAZ, Marcelo (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. Pp. 175-203. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. **Plano Nacional de Educação**: proposta da sociedade brasileira. In: CONGRESSO Nacional de Educação, 2, 1997, Belo Horizonte. (Projeto de Lei n. 4.155, de 10 de fevereiro de 1998).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época).

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução. Carlos Nelson Coutinho. 3a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1929-1937] 1978.

HANDFAS, Anita. **A trajetória do GT Trabalho e Educação na ANPED**: Alguns elementos de análise. In: Trabalho, Educação e Saúde, v. 5 n. 3, p. 375-398, nov.2007/fev.2008.

IASI, Mauro. **OPT e a Revolução Burguesa no Brasil**. 2013. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit?pli=1. Acesso em: Abril, 2018.

KATAOKA, Emyly Kathyury **O Ideário Democrático e Popular na Educação**: Um Inventário Crítico. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARTINS, Caio. **Teorias dos Novos Movimentos Sociais e Lutas de Classes**: Uma leitura crítica de sua influência no Brasil. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2016.

MELLO, Guiomar Namó de. Educação Escolar e Classes Populares: Uma reflexão sobre o atual momento educacional e político do Brasil. In: **Revista da Associação Nacional de Educação**. Ano 3. Nº6. 1983.

_____. O ensino de 1º grau: as estratégias da transição democrática. In: MELLO, Guiomar Namó (e outros) [VELLOSO, Jaques; WARDE, Mirian; SILVA, Teresa Roserley; SALGADO, Maria Umbelina]. **Educação e Transição Democrática**. 2a Edição. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

_____. **Social Democracia e Educação**: teses para discussão. 2a Edição. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

MOTA JUNIOR, Willian Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.39, nº4, p.1137-1152. Out./dez. 2014.

TONET, Ivo. _____. **A propósito de "Glosas Críticas"**. Mimeo on-line, [2009] 2010. (Prefácio, posfácio). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/a_proposito_de_glosas_criticas.pdf. Acesso: janeiro, 2018.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12 ed. São Paulo: Cortez, [1990] 2008.

_____. **O Déficit da esquerda é organizacional**. 2010. Disponível em: http://pcb.org.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=1496:o-deficit-da-esquerda-e-organizacional&catid=79:nacional. Acesso em: Agosto, 2017.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Plataforma Política**, 1979. Fundação Perseu Abramo. Documentos Pré-PT. Disponível em: <https://fpabramo.org>.

org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-plataformapolitica_0.pdf. Acesso em Setembro/2017.

_____. **Programa**, 1980. Fundação Perseu Abramo. Documentos de Fundação do PT. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/02-programa_0.pdf. Acesso em Setembro/2017.

_____. **Lula Presidente: Uma Revolução Democrática no Brasil – Bases do Programa de Governo**, 1994b. Fundação Perseu Abramo. Programa de Governo de 1994. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-basesdoprogramadegov.pdf>. Acesso em Setembro/2017.

_____. **Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: Um Brasil para Todos**, 2002. Fundação Perseu Abramo. Programa de Governo de 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf>. Acesso em Setembro/2017.

_____. **Uma Escola do Tamanho do Brasil: Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente**, 2002b. Fundação Perseu Abramo. Programa de Governo de 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf>. Acesso em Setembro/2017.

PINHEIRO, Camila Mendes. **O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o Princípio de Gestão Democrática na Constituição Federal de 1988**. Mestrado em Educação (Dissertação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília-SP, 2015.

PINO, Ivany Rodrigues. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDRom.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38a Edição. Campinas, SP: Autores Associados, [1983] 2006.

_____. **O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira**. In: Revista da Associação Nacional de Educação. Ano 4. Nº7. 1984.

_____. **Pedagogia Histórico crítica: Primeiras aproximações**. 9a Edição. Campinas, SP: Autores Associados, [1991] 2005.

SILVA, Caio Cesar Andrade Bezerra da Silva. **Crise do Capital e do Estado: A Transição do PT entre Projetos Opostos de Educação**. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **O Historicismo Gramsciano e a pesquisa em Educação**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica (PUC) – SP. Filosofia e História da Educação. São Paulo, 1994.

WORLD BANK. **Education Sector Strategy**. Washington, D.C. World Bank, 1999a. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/406991468178765170/pdf/196310REPLACEMENT0strategy0199.pdf>. Acesso em: Maio, 2018.

WORLD BANK. **Educational Change in Latin America and the Caribbean**. Washington, D. C., World Bank, 1999b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/519121468776777052/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: Maio, 2018.